

A POLÍTICA ECONÔMICA E O CONVÊNIO DE TAUBATÉ NA ECONOMIA CAFEIEIRA (1889-1906)

Fernando Ribeiro¹

Resumo: o artigo analisa as relações entre o mercado mundial de café e a expansão da economia cafeeira no oeste do Estado de São Paulo durante a segunda metade do século XIX. Tal expansão, juntamente com a ocorrência de determinados eventos macroeconômicos, tais como desvalorizações da taxa nominal de câmbio na última década do século XIX, implantação de políticas fiscal e monetária austeras após 1898 e a introdução de um regime de câmbio fixo após 1906, levaram à crise de superprodução de 1906. É neste contexto que o Acordo de Taubaté é celebrado. Trata-se do primeiro plano de valorização dos preços internacionais do café. O plano logrou sucesso na medida em que, após 1911, os preços internacionais do café começaram a se recuperar.

Palavras Chave: Convênio de Taubaté, Economia Cafeeira, República Velha

Abstract: the article analyses the relations between the world coffee market in the second half of the nineteenth century and the expansion of coffee economy in the west of São Paulo state. Such expansion, along with some macroeconomic events (nominal ex-change rate devaluations in the last decade of the nineteenth century, fiscal and monetary austerity after 1898 and the introduction of fixed nominal ex-change rate regime after 1906), resulted in overproduction crisis in 1906. It is in this context that the Taubaté Agreement is created. It refers to the first international coffee prices valorization plan. The plan eventually made international coffee prices rise after 1911.

Key-words: Taubaté Agreement, Coffee Economy, Old Republic

JEL: N56 e N96

1 - Introdução

O Convênio de Taubaté (1906) foi a primeira política de valorização dos preços internacionais do café a ser efetivamente implementada. A trajetória do mercado mundial de café ao longo da segunda metade do século XIX, caracterizada por elevação dos preços e da demanda, associada à massificação do consumo, especialmente nos EUA, imprimiu, ao lodo de outros elementos, o estímulo à expansão das plantações de café no Brasil, sobretudo no Oeste Paulista.

¹ Economista, Mestre em Economia Política pela PUCSP e Doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. Professor da PUCSP. E-mail fernandoribe@hotmail.com

Recebido em 06/04/2010. . Liberado para publicação em 01/08/2010.

Além das condições favoráveis do mercado mundial de café na segunda metade do século XIX, a resolução dos problemas de mão-de-obra e de escoamento da safra pelos cafeicultores do Oeste Paulista, além do processo de desvalorização da moeda nacional na última década do século XIX, que em parte neutralizou o início da queda das cotações do café no mercado internacional, levaram a crise de superprodução deflagrada de forma mais evidente na safra de 1906/07.

Nesse contexto acorda-se o Convênio de Taubaté, uma tentativa bem sucedida de recuperação dos preços internacionais do café. O Convênio, embora celebrado entre três unidades da Federação (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo), previa a criação da Caixa de Conversão, ou seja, a instauração da fixação da taxa nominal de câmbio. A efetiva criação da Caixa de Conversão pela União resultou das condições macroeconômicas impostas pelo Ministro Joaquim Murinho, as quais lavaram a um processo de valorização da taxa nominal de câmbio entre 1898 e 1906, bem como da melhora do cenário internacional (*Funding Loans*, exportações de borracha e o próprio ingresso dos fluxos de financiamento do Convênio).

A convergência entre as aspirações do Convênio (estabilizar a taxa nominal de câmbio) e os objetivos da política macroeconômica constituem um elemento de relevo na análise da política econômica da República Velha e da economia cafeeira. Dessa forma, o artigo está estruturado da seguinte forma: na segunda seção analisa-se a evolução do mercado mundial de café atentando para a pressão da massificação do consumo nos EUA sobre os preços, o que teria levado à elevação da produção de café no Brasil especialmente no Oeste Paulista. O êxito da cafeicultura no Oeste Paulista é analisado na seção seguinte. A seção 4 apresenta as relações entre os contextos macroeconômicos da primeira década republicana e da posterior gestão de Joaquim Murinho e a expansão da produção cafeeira no Oeste Paulista. Esta expansão acabaria por lavar, juntamente com o estancamento do processo de massificação do consumo, a queda dos preços internacionais do café e à necessidade de se articular uma política de valorização dos preços do café por meio do Convênio de Taubaté. Por fim, na seção 5 são alinhadas as conclusões.

2 - Expansão da oferta e tendência dos preços – 1850 - 1906.

Estima-se que o crescimento das quantidades demandadas de café tenha sido da ordem de 2,7 % ao ano entre 1830 e 1900. A emergência de centros urbanos industriais, ao longo do século XIX nos EUA, bem como o

aprofundamento do comércio pelos navios a vapor, fato que permitiu maior intensificação do comércio internacional em especial entre os EUA e a América Latina, redundaram no incremento das quantidades demandadas de café, que, ademais como estimulante, se tornava necessário para as longas jornadas de trabalho (SAES, 1993). De fato, a demanda por café entre os últimos 18 anos do século XIX e a metade da primeira década do século XX teve uma expansão da ordem de 71% no período (3,1% ao ano - Tabela 1).

A expansão da demanda, dado o processo de massificação do consumo e o descompasso da oferta, inelástica em relação ao preço no curto prazo, implicaram uma tendência de alta nos preços do café por toda a segunda metade do século XIX, fato que, juntamente com outras circunstâncias, discutidas adiante, estimulou o posterior aumento das quantidades ofertadas de café no mercado mundial (SAES, 1993). Todo esse processo acabou por criar o problema da superprodução que é agravado pela ausência de pressões sobre os salários reais do pólo dinâmico da economia brasileira, o que representa contínuos aumentos dos lucros em circunstâncias de aumento dos preços internacionais.

Com relação ao aumento dos preços que teria estimulado a expansão da produção, a literatura apresenta uma controvérsia: Delfim Netto (1973) apontou a desvalorização cambial brasileira ocorrida a partir da expansão monetária no início de 1890 como o estímulo necessário para a manutenção dos lucros dos produtores. Bacha (1992), contudo, aponta falhas nas conclusões de Delfim. O argumento é que Delfim teria utilizado uma série em dólares nominais que tem início em 1857 e, assim, não atentaria para a alta secular dos preços do café entre 1840 e 1896, quando tem início uma queda nas cotações até 1906.

De qualquer forma houve significativo aumento das quantidades exportadas de café pelo Brasil, conforme demonstra a Tabela 2, inflando a oferta mundial nesse período. Em grande parte essa expansão da oferta está vinculada, também, aos ganhos de produtividade dos cafezais do oeste paulista, tema que será tratado mais adiante.

Tabela 1 – Consumo mundial de café
(Mil sacas de 60Kg e var. %) 1882/83-1904/05

| Período | Consumo | Var. % |
|-----------------------------|---------|-----------|
| 1.882-1.883 | 9,458 | - |
| 1.883-1.884 | 9,409 | -0.5 |
| 1.884-1.885 | 10,557 | 12.2 |
| 1.885-1.886 | 10,136 | -4.0 |
| 1.886-1.887 | 10,033 | -1.0 |
| 1.887-1.888 | 8,052 | -19.7 |
| 1.888-1.889 | 9,248 | 14.9 |
| 1.889-1.890 | 9,420 | 1.9 |
| 1.890-1.891 | 8,719 | -7.4 |
| 1.891-1.892 | 10,805 | 23.9 |
| 1.892-1.893 | 10,964 | 1.5 |
| 1.893-1.894 | 10,572 | -3.6 |
| 1.894-1.895 | 11,215 | 6.1 |
| 1.895-1.896 | 11,143 | -0.6 |
| 1.896-1.897 | 12,244 | 9.9 |
| 1.897-1.898 | 14,572 | 19.0 |
| 1.898-1.899 | 13,481 | -7.5 |
| 1.899-1.900 | 14,973 | 11.1 |
| 1.900-1.901 | 14,330 | -4.3 |
| 1.901-1.902 | 15,517 | 8.3 |
| 1.902-1.903 | 15,966 | 2.9 |
| 1.903-1.904 | 16,134 | 1.1 |
| 1.904-1.905 | 16,162 | 0.2 |
| | Var. % | Var. % aa |
| 1.882-1.883/ 1.904-1.905 | 70.9 | 3.1 |

Fonte: Anuário Estatístico do Café (1.934).

O Gráfico 1 apresenta o desequilíbrio entre o processo de massificação do consumo e a expansão das exportações. Entre 1882/83 e 1904/05 as exportações cresceram 93,3% ao passo que o consumo registrou uma

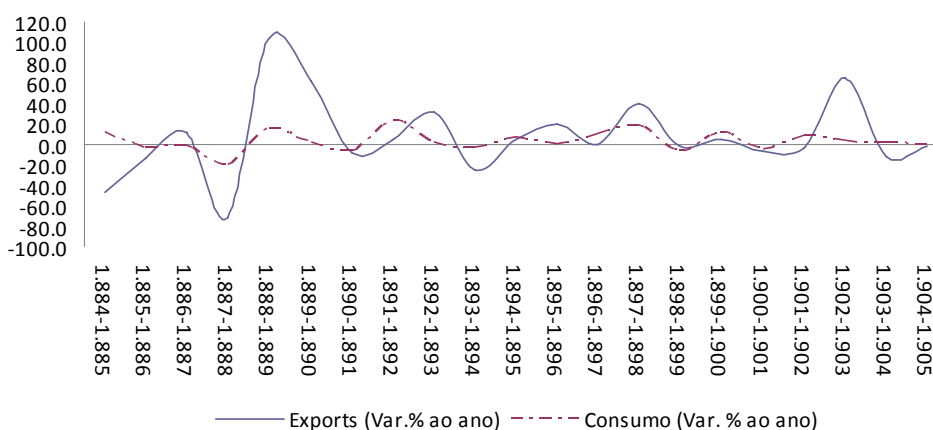
expansão de 71% (BRASIL, 1934 e 1977). Era apenas uma questão de tempo, dadas as outras circunstâncias que estimulavam os investimentos em novos cafezais, para que a crise de superprodução viesse à tona em 1893/94 deprimindo os preços já a partir dessa data. No entanto é em 1895/96 que a queda dos preços fica mais acentuada (Gráfico 2).

Tabela 2 – Exportações brasileiras de café
(Mil sacas de 60Kg e var. %) 1850/51-1904/05

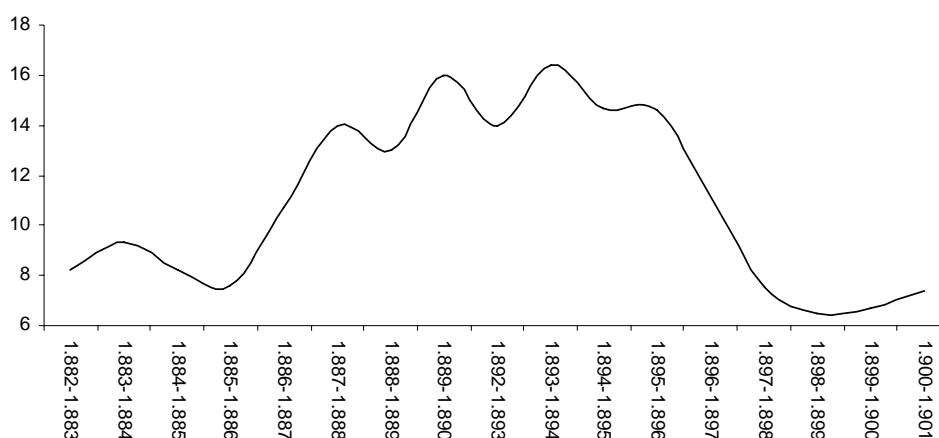
| Períodos | Exportações | var. % |
|-----------------|-------------|--------|
| 1850/51-1859/60 | 2,615 | - |
| 1860/61-1869/70 | 2,859 | 9.3 |
| 1870/71-1879-80 | 3586 | 25.4 |
| 1880/81-1889/90 | 4621 | 28.9 |
| 1890/91-1999/00 | 7043 | 52.4 |
| 1900/01-1904/05 | 11784 | 67.3 |
| 1850/51-1904/05 | - | 420.1 |
| 1880/81-1904/05 | - | 253.2 |

Fonte: Anuário Estatístico do Café

Gráfico ! - Consumo mundial e exportações brasileiras de café
(Taxas acumuladas de crescimento - sacas 60 kg) 1884/85 - 1904/05



**Gráfico 2 - Preços pagos pela importação de café pelos EUA
(US\$ cents correntes/libra peso) 1882/83 - 1900/01**



Pode-se creditar os incrementos de 29,3% nas exportações na década dos 1870 ao aumento dos cafezais no oeste paulista. Também os aumentos de 27,5% e mesmo o de 94,8% entre o início da década de 1870 até os primeiros anos do século XX sempre às expansões dos cafezais paulistas. Em 1875 contavam-se 106 milhões de pés de café em São Paulo, entre 1875 e 1883 esse número subiu para 211 milhões, e finalmente em 1897 já eram 465 milhões de pés de café plantados e produzindo no estado de São Paulo (CANO, 1984).

Com relação aos preços pode-se vislumbrar no seu comportamento ascendente entre 1840 até 1892 um importantíssimo estímulo a elevação na oferta. Mas são principalmente os cafezais plantados em 1888 que serão em grande parte responsáveis pela expansão da oferta e conseqüente queda nos preços a partir de 1893.

Portanto, o quadro geral na segunda metade do século XIX era que os incrementos contínuos nas exportações brasileiras de café e o provável esgotamento do processo de massificação do consumo de café, principalmente nos EUA, que implicou aumentos mais modestos no consumo mundial, ocasionaram a queda acentuada dos preços a partir dos últimos anos do século. No entanto outros elementos, que não somente a evolução dos preços, atuaram no sentido de estimular o aumento da produção brasileira de café. Esses fatores serão analisados mais cuidadosamente na próxima seção que trata da produção cafeeira do Oeste Paulista.

3 – Produção cafeeira no oeste Paulista.

A produção de café primeiro se instalou nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, onde a floresta da Tijuca outrora foi um cafezal. O café se expandiu por toda a faixa litorânea que vai da cidade do Rio de Janeiro a Caraguatatuba em São Paulo nas duas primeiras décadas do século XIX. A partir de 1830 a cafeicultura começa a ocupar o que seria sua primeira grande área produtora: o médio e o alto curso do Rio Paraíba, expandindo-se daí para as porções orientais e setentrionais do estado de São Paulo (PRADO Jr., 1980).

A formação de uma burguesia com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, a existência de terras para o cultivo, a oferta de mão de obra escrava e a demanda por café no mercado internacional em ampliação foram as circunstâncias, além de outras, que ensejaram a expansão da lavoura cafeeira naquela região (CANO, 1984). Além disso, no Vale do Paraíba as condições naturais propiciam a expansão da atividade cafeeira: altitudes que variam de 300 a 900 metros adequam as temperaturas tropicais às necessidades da planta além da regularidade das chuvas e do relevo irregular que abriga os arbustos do vento (PRADO Jr., 1980).

Nessa área, até meados do terceiro quartel do século XIX, estará a maior concentração de riqueza do país. No entanto, já por essa época tem-se início o processo de declínio da produção cafeeira. As razões para tanto são, em termos gerais, as mesmas que condicionaram a decadência dos outros ciclos econômicos: "o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo" (PRADO Jr., 1980: 162).

Sustenta-se que a característica cabal da cafeicultura do Vale do Paraíba consista em expansão da oferta mediante ampliação da oferta de fatores de produção a custo estáveis. A curva de oferta, nesse caso, não sofre deslocamento e as quantidades ofertadas vinculam-se unicamente ao comportamento dos preços (PRADO, 1991). A erosão corroeu as encostas arbitrariamente desnudadas da cobertura da floresta tropical, o plantio dos cafés seguia unicamente a regra do "rendimento imediato", e, assim era plantado em linhas perpendiculares à encosta, contribuindo ainda mais para a erosão. O resultado disso tudo foi o rápido esgotamento das terras implicando rendimentos decrescentes, enfraquecimento das plantas e aparecimento de pragas (PRADO Jr., 1980).

Também o aumento dos preços da mão-de-obra escrava a partir da extinção do tráfico em 1850-56 contribuiu para a derrocada da atividade cafeeira no Vale do Paraíba. Entre 1820 e 1840 os preços dos escravos estavam entre 250 a 400 mil réis. Com o fim do tráfico chegaram a oscilar entre 700 mil e um conto de réis. Em 1876 os preços alcançaram 3 contos de réis por escravo em média (CANO, 1984).

Os problemas de transporte eram de difícil solução em razão da região possuir um relevo irregular., bem como o incremento do custo marginal da terra embutido nas despesas de transporte trouxeram a estagnação e a decadência das lavouras de café do Vale do Paraíba já na última década do século XIX. Caso clássico de retornos decrescentes em virtude da expansão das quantidades ofertadas sem ganhos de produtividade (PRADO, 1991).

Outro foi o destino da lavoura cafeeira introduzida no Oeste Paulista. Em 1875 São Paulo possuía um estoque de 106 milhões de pés em produção. Entre 1876 e 1883 esse número duplicou para 211 milhões de pés (CANO, 1984).

A maior fertilidade da terra (roxa - basáltica), cafezais mais novos, topografia e clima favorável e principalmente técnicas de cultivo mais avançadas – como o plantio em curva de nível para se evitar a erosão, mal que, como vimos de demonstrar, contribuiu para a decadência dos cafezais fluminenses - conferiram às lavouras paulistas ganhos de produtividade que garantiram o contínuo deslocamento da curva de oferta a retornos crescentes. De fato, além do arado, máquinas modernas de beneficiamento do café foram introduzidas no Oeste Paulista (PRADO, 1991; PRADO Jr., 1980).

No entanto, a questão do aumento de produtividade dos cafezais paulistas parece não ser unânime. A bibliografia consultada aponta ora para a existência inequívoca dos retornos crescentes (PRADO, 1991 e PRADO Jr., 1980) e ora indica que na verdade os aumentos de produtividade se deviam unicamente as flutuações cíclicas dos preços do café, ou seja, a produtividade aumentava e era absorvida sob a forma de lucros, unicamente quando havia uma alta dos preços. Em não havendo pressão para aumento dos salários reais, que se mantiveram constantes ao longo do período devido a alta elasticidade da oferta de mão-de-obra, e muito menos deduções sob a forma de renda da terra em virtude mesmo da sua situação de um bem quase livre, os aumentos de produtividade se davam pelo aumento da produção extensiva. Não havia pressão para a substituição de mão-de-obra por capital. Havia a preocupação de se obter com o mesmo estoque de capital imobilizado o máximo possível

de produção ao invés de se pagar o mínimo em salários por unidade produzida.

A despeito dessa divergência, as vantagens auferidas pelos plantios paulistas sobre os cafezais fluminenses por si só contribuíram para a expansão daquelas lavouras. Essas vantagens já assinaladas acima - terra roxa, topografia e clima favoráveis - acabaram por engendrar melhorias que acarretaram o aumento da produtividade dos cafezais paulistas. A baixo analisamos algumas dessas circunstâncias.

O que poderia constituir a maior ameaça à cafeicultura paulista, a escassez de mão-de-obra foi afastada pela imigração européia e japonesa. A ampliação do estoque de pés de café acima apontada requisiu maior oferta de mão-de-obra que foi satisfeita com o plantel de 174.000 escravos entre 1873 e 1883 além de um incremento de 200% no número de imigrantes nesse período - de 11.000 para 33.000 - e a despeito do que se pode afirmar a cerca da ausência do Estado na ordem econômica, foram os financiamentos públicos que trouxeram os imigrantes para as lavouras paulistas (CANO, 1984; SAES, 1993).

A questão dos custos do transporte foi resolvida pelo caráter desbravador das ferrovias paulistas financiadas pelos retornos crescentes traduzidos em maiores taxas de lucro. Em 1867 a ferrovia integrava Santos à Jundiaí; em 1872 chegou a Campinas; 3 anos depois a Mogi Mirim e Amparo; em 1876 a Rio Claro e finalmente em 1878 a Casa Branca e em 1888 a Ribeirão Preto. (CANO, 1984).

Portanto, o café paulista construiu sua própria infra-estrutura, deu solução ao problema da mão-de-obra numa fase de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado além de ter gerado o excedente de “riqueza” necessário para a diversificação agrícola e industrial de São Paulo.

Tanto assim que os altos lucros engendraram a ampliação do estoque de pés de café entre 1886 e 1897 para 465 milhões de pés, o que em relação aos 106 milhões de 1876 representa um aumento de 343% (CANO, 1984). Esse incremento implicou a ampliação da oferta mundial nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX criando a primeira crise de superprodução traduzida pela tendência de queda dos preços a partir de 1896, a qual tentaria ser revertida pela primeira política efetiva de valorização dos preços do café, tratada a seguir.

4 - O Convênio de Taubaté (1906/13)

O Convênio foi o primeiro esforço de valorização dos preços do café que foi implementado de fato e, além disso, se valeu das prerrogativas do federalismo republicano no que diz respeito à contratação de empréstimos externos por parte dos estados da Federação. Também é por meio do Convênio de Taubaté que se instaura o mecanismo de câmbio fixo viabilizado pela Caixa de Conversão, a qual perdurará até 1913, e que, portanto, corresponde a uma importante decisão de política econômica vinculada a um plano de valorização dos preços internacionais do café.

A trajetória da taxa de câmbio, ao longo da República Velha não teve um único sentido, ou seja, não se constata ao longo de todo o período um longo processo de desvalorização ou de valorização. Ao contrário, percebe-se alternâncias na taxa de câmbio, bem como na política monetária, ora ortodoxa, ora passiva, ora francamente expansionista. O Quadro 1 a seguir esquematiza os regimes cambiais e, no caso de câmbio flexível, mostra os períodos de apreciação e depreciação cambial bem como a evolução da política monetária.

Quadro 1 - Regimes cambiais e política monetária na República Velha. 1889-1930.

| Regimes Cambiais | | | | | |
|------------------|------------|-------------|-----------------|------------|-------------|
| Câmbio Flexível | | Câmbio Fixo | Câmbio Flexível | | Câmbio Fixo |
| depreciação | apreciação | | depreciação | apreciação | |
| 1,889 | 1,898 | 1,906 | 1,913 | 1,924 | 1,927 |

| Política Monetária | | | | | |
|--------------------|----------|---------|--------------|----------|---------|
| Não Ortodoxa | Ortodoxa | Passiva | Não Ortodoxa | Ortodoxa | Passiva |
| 1,889 | 1,898 | 1,906 | 1,913 | 1,924 | 1927 |

Fonte: Gremaud, (1997)

A última década do Império apresenta uma série de problemas econômicos que não são equacionados pelos Gabinetes Imperiais. Um dos mais relevantes é a crise de liquidez. A doutrina de apreciação cambial se punha acima das fortes demandas por moeda, intensificadas com a instauração do trabalho livre. Além disso, a situação fiscal do Império estava comprometida por endividamento externo, portanto, a apreciação cambial era inevitável à medida que se verificavam superávits na conta capital do Balanço

de Pagamentos, justamente para o financiamento da Dívida Imperial (GREMAUD, 1997).

Em janeiro de 1890, Rui Barbosa faz valer sua reforma bancária. Ao longo daquela ano o meio circulante aumentou em 40%. Em 1891, uma forte desvalorização cambial ocorre. É importante notar que os preços do café iniciam sua trajetória de queda a partir de 1892 e, portanto as causas dessa brusca e violenta desvalorização devem ser buscadas em outros elementos.

Pode-se considerar que a expansão monetária e o conseqüente processo inflacionário implicaram a desvalorização da taxa de câmbio. Entretanto, além desses elementos, outros de ordem exógena podem ser alinhados. Em especial a moratória argentina, que causou a quebra de uma tradicional casa financeira londrina. Além desse fato, que contribui para o esvaziamento da confiança do mercado financeiro em relação à América Latina, a própria política monetária não ortodoxa, levada a cabo internamente, influenciou os ânimos do capital externo. A somatória desses fatores pode ter ocasionado a desvalorização de 1891, por meio da forte saída de recursos pela conta capital do Balanço de Pagamentos (FRANCO, 1992).

A desvalorização cambial, no entanto, não melhora a situação externa brasileira. A queda dos preços do café, bem como a atividade interna aquecida pela expansão monetária, agravam os saldos da balança comercial. Despesas governamentais com a seca nordestina e com levantes anti-republicanos também auxiliam na deterioração do quadro macroeconômico, que em 1898 fica insustentável. É nesse momento que ocorre uma reestruturação da dívida externa por meio do *funding loans* (GREMAUD, 1997).

As cláusulas desses empréstimos são de austeridade fiscal e monetária, a qual é implementada pelo ministro Joaquim Murinho. Ocorre então uma melhora da situação externa em concordância com uma recessão interna em virtude das políticas fiscal e monetária recessivas. A entrada de capitais e as exportações de borracha possibilitam a valorização cambial. A possibilidade de resolução da queda da demanda interna passa, portanto, pela adoção de uma taxa de câmbio fixa. Institui-se a Caixa de Conversão (as relações entre o Convênio de Taubaté e a criação da Caixa de Conversão serão analisadas adiante).

É relevante identificar nas desvalorizações cambiais ocorridas durante a última década do século XIX um elemento significativo para a crise de superprodução a ser equacionada pelo Convênio de Taubaté. Nesse sentido, a condução da política monetária expansionista e outras circunstâncias já

alinhas - moratória argentina e desequilíbrio no mercado de crédito internacional de Londres - se configuram como elementos explicativos dos estímulos à expansão dos cafezais.

No âmbito da restrição monetária implementada em 1898, a retração do crédito deixou clara a ineficiência do incipiente sistema bancário de então. Além disso, havia a ausência de condições mais favoráveis a estoquagem do café, tanto no porto de Santos como nas zonas produtoras. Ora essa situação colocava os produtores à mercê das firmas de comercialização do café e, em grande parte, se não na totalidade, essas companhias eram estrangeiras, e gozavam de uma situação oligopolizada (HOLLOWAY, 1975). Assim, para os cafeicultores da época, a justificativa para a regulamentação residia nas distorções do mercado oriundas da estrutura oligopolizada² pelo lado dos comerciantes internacionais e demasiadamente atomizada pelo lado dos produtores nacionais (SAES, 1993).

Essa disfunção redundava em ganhos por parte dos armazéns, de posse dos comerciantes, por meio de forte especulação com os preços. A especulação era possível graças ao largo período de entre safra. Portanto, a busca pela regulamentação adquiriu, no início do século XX, uma legitimação fundada na imperfeição do mercado (SAES, 1993).

A solução para o problema do café não pode e não deve vir das doutrinas do livre cambismo, nem das teorias de Darwin - a escola do laissez-faire, laissez-aller - que propõem tempos tranquilos, crédito abundante e câmbio estável. (CANDIDO RODRIGUEZ; Apud: HOLLOWAY, 1975: 105).

A crise do café, contudo, já se esboçava há quase uma década, desde 1895, quando, como vimos, tem início uma sistemática queda dos preços pagos em Nova York. Algumas tentativas de contenção dos preços foram ensaiadas já a partir de 1903, entre elas o encaminhamento de um projeto de lei junto ao Congresso Nacional que possibilitava ao Governo Federal garantir empréstimos contratados pelos estados com o intuito de valorizar os preços do café (HOLLOWAY, 1975).

² Em fins do século XIX as companhias exportadoras eram em mais de uma centena, porém apenas 10 delas detinham mais de 60% dos contratos de comércio. Nas primeiras décadas do século XX essa concentração se aprofundou, e mais de 80% das transações comerciais estavam a cargo das mesmas 10 empresas (SAES, 1993).

Quando foram calculadas as estimativas da safra de 1906/07 ficou claro que era inevitável a conclusão de um plano de estabilização. Estando já rompidas as barreiras legais que impediam o Governo Federal de garantir empréstimos tomados pelos estados foi dado o primeiro passo para a formalização do acordo.

Assim, em Taubaté, os presidentes dos Estados de São Paulo, Jorge Tibiriçá; Rio de Janeiro, Nilo Peçanha e Minas Gerais, Francisco Sales assinaram em 25 de fevereiro de 1906 o Acordo que tinha como objetivos:

- a) Valorizar os preços internacionais do café,
- b) Regularizar seu comércio,
- c) Promover o aumento do consumo,
- d) Criação da Caixa de Conversão.

Basicamente a proposta consistia em se manter estoques de café financiados por empréstimos da ordem de 15 milhões de libras, tomados junto a bancos internacionais. Os serviços dessa dívida seriam pagos por meio de um tributo que incidiria sobre o café exportado. Além disso, houve a preocupação de se desestimular o plantio de novos cafezais (SAES, 1993).

Concorrem, portanto, para a criação do Convênio os elementos que favoreceram a ocorrência de uma crise de superprodução. Tais elementos, já alinhados anteriormente, são o comportamento dos preços em ascendência até 1895, dado o processo de massificação do consumo, fato que engendrou a expansão das plantações de café; a inexistência de custos de oportunidade para o investimento naquele setor dinâmico da economia agrícola-exportadora; e, de caráter mais conjuntural, as políticas econômicas adotadas na última década do século XIX, em especial a política de expansão do crédito adotada após a reforma bancária de Rui Barbosa em 1890, que redundou num processo de desvalorização do mil réis ao longo daquela período; e, finalmente, a própria desvalorização cambial contribuiu para a superprodução à medida em que manteve as receitas em moeda nacional apesar do processo de queda dos preços a partir de 1895. Some-se a esses elementos, as reivindicações dos produtores de café no que diz respeito a imperfeição do mercado, ou seja, a alta concentração das agências de comercialização por um lado, e a estrutura quase competitiva de oferta de café de outro.

4.1 - O Problema da Caixa de Conversão

A criação da Caixa de Conversão representava uma sobreposição entre as instâncias pública e privada. A demanda dos cafeicultores, expressa nos termos do Convênio, de se estabilizar a taxa de câmbio, deveria ser tratada como um assunto de interesse nacional, e portanto deveria ser uma questão da política econômica do Governo Federal, e não uma cláusula de um acordo entre alguns estados. Configura-se, dessa forma, a cristalização de um embate político no qual, de um lado há a oligarquia cafeeira paulista, em especial aquela vinculada ao grande capital cafeeiro, de outro a coletividade das outras forças políticas (outras oligarquias regionais, classes urbanas e o próprio governo federal).

A introdução do empréstimo de 15 milhões de libras, que seria garantido pelo imposto sobre cada saca de café exportada, constituiria o lastro da estabilização cambial. A preocupação com relação à estabilidade da taxa de câmbio em um acordo que pretendia definir diretrizes que viabilizassem a valorização dos preços do café se explica pelo fato de:

- a) o grande fluxo de divisas cambiais que seriam utilizadas para a compra do café excedente pressionaria uma valorização cambial,
- b) o aumento dos preços do café, que deveria ser conseguido sem a queda das quantidades exportadas, atuaria como um fator da expansão da oferta interna de divisas, valorizando a taxa de câmbio e
- c) sendo a estabilização uma aspiração nacional, ao introduzi-la no acordo, fazia-se um convite para que o Governo Federal atuasse nas políticas de valorização, principalmente em virtude da necessidade de empréstimos externos (DELFIN NETTO, 1973).

A relação que se impunha, por meio do acordo, entre estabilização cambial e valorização era, contudo, falha. Na medida em que a expansão dos meios de pagamento internos, vinculados ao lastro de divisas, fosse necessária para a compra do café excedente haveria uma pressão no sentido de desvalorização do câmbio, o que "acabaria liquidando o próprio lastro". Portanto, apesar da possibilidade da fixação de um "teto" para a taxa de câmbio, o montante limitado do lastro seria justamente o limite em que seria possível conter a queda da taxa cambial (DELFIN NETTO, 1973).

O Congresso Nacional, que não foi convocado extraordinariamente em fevereiro para a aprovação do acordo, como queria Jorge Tibiriça, presidente do estado de São Paulo, percebeu essa dualidade e tratou separadamente as matérias da valorização do café por um lado, e da criação da Caixa de Conversão por outro. Assim houve uma emenda ao acordo que permitia o funcionamento do Convênio de Taubaté sem a Caixa de Conversão (DELFIM NETTO, 1973).

Contudo, como visto, a partir de 1898 as imposições de saneamento fiscal e monetário dos *fundings loans* possibilitaram a apreciação cambial até 1905. Havia, então, o problema da criação de ativos monetários domésticos que pudessem liquidar o acúmulo de divisas. Para tanto criou-se a Caixa de Conversão (FRITSCH, 1992).

A Caixa de Conversão foi aprovada e funcionou entre 1906 e 1913. Seu funcionamento implicava a perda da política monetária, na medida em que os meios de pagamentos estariam lastreados no nível de reservas estabelecido a partir das contas de comércio e de capitais do Balanço de Pagamentos (FRITSCH, 1992)..

Ao longo dos anos de funcionamento da Caixa de Conversão, contudo, a situação externa era favorável ao Brasil. Havia demanda pelos produtos primários - em especial a borracha e o café - e os capitais externos estavam entrando no país. Portanto houve contínuos saldos positivos no Balanço de Pagamentos cuja contrapartida é o acúmulo de reservas.

4.2 - O problema dos financiamentos.

Finalmente em 31 de julho de 1906 o acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional e a safra de 1906/07 foi vendida já dentro dos parâmetros acordados, quais sejam:

[...] seria fixado um preço mínimo de 32\$000 por saca para o café tipo 7 (com um aumento proporcional para os tipos superiores), financiado por uma dívida externa de 15 milhões de libras esterlinas, que deveria ser paga por um imposto de 3 francos por saca de café exportado (DELFIM NETTO, 1973: 67)

Ao se implementar o plano de valorização percebeu-se a impossibilidade de se levantar o financiamento inicial de 15 milhões de libras. Os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e a União se desinteressaram e coube ao estado de São Paulo buscar os empréstimos por conta própria (DELFIM NETTO, 1973).

Inicialmente, em agosto de 1906, acordou-se um empréstimo de um milhão de libras com o *BrasilianischeBank für Deutschland* que seria pago dentro de um ano. Nesse mesmo momento foi arquitetado o esquema Sielcken. Sielcken era um grande negociador de café, se não o mais importante. O plano era conseguir junto a comerciantes de café em Nova York o valor suficiente a financiar 80% da compra de 2 milhões de sacas ao preço de 7 centavos de dólar por libra-peso, preço um pouco abaixo da média do segundo semestre de 1906 pagos na bolsa de Nova York, o que implicava um preço mínimo de venda do café de 7,5 centavos de dólar por libra-peso (DELFIM NETTO, 1973).

Em dezembro de 1906 outros dois empréstimos são negociados. A safra de 1906/07, que havia sido estimada em 16 milhões de sacas, na verdade alcançou 22 milhões - essa cifra só seria repetida pela safra de 1929/30. Foram obtidas um milhão de libras junto ao *National City Bank* e outros dois milhões com a casa *J. H. Schoeder & Co.* que também efetuou o empréstimo que cobriu o financiamento obtido junto ao *BrasilianischeBank für Deutschland* (DELFIM NETTO, 1973).

A aquisição de um passivo de 4 milhões de libras esterlinas bem como o financiamento arquitetado no plano de Sielcken possibilitaram ao estado de São Paulo formar estoques de 8,1 milhões de sacas, metade do estoque mundial. A grande maioria desse café estava armazenada nos países importadores que, como visto, foram os principais financiadores da política de valorização. Assim o estado de São Paulo encerrou a compra dos excedentes em junho de 1907 (DELFIM NETTO, 1973).

Contudo o sucesso da política de valorização dependia da liquidação da dívida contraída em tempo hábil, de tal sorte a não se efetuarem pressões sobre o Tesouro paulista. Nesse sentido, firmou-se o imposto *ad valorem* de 20% sobre as exportações de café que, em 1908/09 superassem 9 milhões de sacas, 9,5 milhões em 1909/10 e, 10 milhões em 1910/1911. Além disso, o imposto sobre cada saca exportada subiu de 3 para 5 francos (DELFIM NETTO, 1973).

Com as previsões de excesso das quantidades demandadas sobre as quantidades ofertadas houve uma inversão nas expectativas e os preços começaram a se recuperar já a partir do segundo semestre de 1910, alcançando US\$ 0,13 por libra peso em 1913/14 ante US\$ 0,86 em 1906/07 (BRASIL, 1974).

5 - Conclusões

Ao longo da segunda metade do século XIX os processos de massificação do consumo de café nos EUA, viabilizado pela intensificação do comércio entre esse país e a América do Sul junto com a inelasticidade da oferta no curto prazo, implicaram uma trajetória crescente dos preços internacionais do café. A produção interna respondeu aos estímulos da demanda sem, contudo, possibilitar o equilíbrio do mercado. Dentro desse processo, o colapso das culturas cafeeiras na Ásia - Java e Ceilão - a partir de 1848 conferiu ao Brasil a situação de monopolista no mercado internacional até meados do século XX.

Durante a segunda metade do século XIX, e em especial na última década, o oeste paulista suplanta a produção do Vale do Paraíba. O artigo indica que houve avanços no que se refere à produtividade dos cafezais do oeste paulista. As causas desse processo estão na resolução dos estrangulamentos que aumentaram os custos das lavouras do Vale do Paraíba. Essas limitações foram debeladas por meio dos investimentos em estradas de ferro, pela política de imigração e de crédito e pela descentralização administrativa a partir da instauração da República.

A partir do esgotamento do processo de massificação do consumo por um lado, e das condições estruturais da economia brasileira que levaram à crise de super produção - absorção dos ganhos de produtividade sob a forma de lucros, desvalorizações reais do câmbio, inexistência de custo de oportunidade para os investimentos em café - os preços internacionais do café iniciam, a partir de 1895, uma trajetória de queda. Entretanto, a forte desvalorização cambial de 1891 de certa forma neutralizou esse efeito.

No entanto, a partir de 1898 a política econômica iniciada por Joaquim Murinho ganha tons de ortodoxia. A política creditícia e monetária sofre grave contração, jogando a economia nacional para um processo de recessão. Do ponto de vista do Balanço de Pagamentos o *boom* das exportações de borracha bem como o acordo de reestruturação da dívida, implicam entradas de divisas e, portanto, um processo de apreciação cambial. Essa trajetória da taxa nominal de câmbio junto com baixas taxas de inflação e com a contínua queda dos preços internacionais do café e com a expectativa de super produção em 1906 mobilizam os cafeicultores paulistas no sentido de articular um acordo com os outros estados produtores de café de tal sorte a tentar reverter os preços internacionais.

Além desse processo de convergência entre a política econômica e o Convênio de Taubaté, o trabalho identifica a Caixa de Conversão como um elemento relevante que caracteriza as relações entre o Convênio e a política econômica adotada a partir de 1898. A conjunção desses elementos permite identificar o significado do Convênio de Taubaté dentro da evolução da economia cafeeira por um lado e em relação às políticas econômicas dos primeiros anos da República Velha por outro. Porém, se essas são as causas adequadas para a convocação do Convênio, suas conseqüências também merecem atenção. A partir de 1908-1909 os preços começam a subir depois de quase dez anos de quedas contínuas. Mas é após 1910-1911 que os preços acentuam ainda mais sua trajetória de recuperação. Essa circunstância possibilitou a execução dos passivos externos absorvidos pelo tesouro paulista e pela União para financiar os estoques. Outra proposta do Convênio, contudo, não surtiu o efeito desejado. As restrições e desestímulos ao plantio de novos cafezais foram quase ignoradas, a despeito da instauração de impostos sobre os excessos de produção.

Referências Bibliográficas.

- BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ. **Anuário estatístico do café**. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Anuário estatístico do café**. Rio de Janeiro, 1972.
- _____, **Anuário estatístico do café**. Rio de Janeiro, 1977.
- DELFIM NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil**. Tese de Doutorado - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.
- CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. In: XII Encontro Nacional de Economia. **Anais**, V.1. São Paulo, 1984. p. 461-80.
- FAUSTO, B. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: BUARQUE de HOLANDA, SÉRGIO (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. V.8. São Paulo: Diefel, 1989. p.195-248.
- FRANCO, G. H. B. (1992). A Primeira Década na República In: ABREU, M. DE PAIVA (Org.) **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica**. Rio de Janeiro: Campos, 1992. p. 11-30.
- FRITSCH, W. (1992). Apogeu e Crise na Primeira República: 1.900-1.930. In: ABREU, M. DE PAIVA (Org.) **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica**. Rio de Janeiro: Campos, 1992. p. 31-72.

- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- GREMAUD, A P. **Das Controvérsias Teóricas à Política Econômica: Pensamento Econômico e Economia Brasileira no Segundo Império e Primeira República**. (1850 - 1930). Tese de Doutorado - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paul, 1997.
- HOLLOWAY, T. H. **The Brazilian Coffee Valorization of 1906**. Wiscosin: LongMark Editions, 1975.
- PRADO, L. C. D. (1991). Comércio exterior e desenvolvimento brasileiro no século XIX. In: XIX Encontro Nacional de Economia, **Anais**, V. 1. Curitiba, 1991. p. 363-86.
- PRADO Jr. C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAES, M. S. M. **A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café**. Tese de Doutorado - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.